

URBANÍSTICA BARROCA NA PARIS DOS SÉCULOS XVII E XVIII

THE BAROQUE URBANISM OF PARIS IN THE XVIIITH AND XVIIIH CENTURIES

Resumo: A análise das intervenções urbanísticas mais significativas que Paris sofreria nos Seiscentos e nos Setecentos abre caminho para uma discussão essencial: se a inclusão do verde na cidade – na composição de jardins públicos e privados, passeios, alamedas, bulevares – em conexão com a abertura das praças reais, durante o *Ancien Régime*, teria conseguido alterar significativamente a densa paisagem medieval preexistente; se o caráter cenográfico do núcleo urbano teria assumido genericamente uma condição barroca, desvelando uma transformação sistemática da paisagem da cidade em nome da exaltação da monarquia governante. É provável que as *places royales* tenham sido os elementos mais característicos da urbanística barroca parisiense e, por extensão, a tipologia de espaço público mais vinculada à França do *Ancien Régime*. Despontariam no contexto do absolutismo dos séculos XVII e XVIII como uma das soluções mais engenhosas, além de estarem calcadas na prática barroca da imaginação teatral e da fantasia, particularmente devido à contrafação exposta em suas estruturas urbanas ilusionísticas – os imponentes biombo cenográficos compostos pelas longas e contínuas fachadas epidêmicas. Não obstante, a capacidade de alterar o caráter cenográfico dos organismos urbanos ficaria muito restrita ao entorno imediato em que seriam levantados os recintos para acolher as estátuas dos reis. Em relação às intervenções verdes que a capital francesa viria a sofrer, a situação não seria diferente: por mais extensas e expressivas que tenham sido, por mais influência que tenham exercido para o posterior crescimento da cidade e para a atribuição de um caráter aberto e dinâmico a uma parte do organismo preexistente, elas ficariam quase que invariavelmente restritas a algumas áreas limítrofes da cidade, ou mesmo fundadas para além do ambiente construído. Era como se um novo sistema, que aliasse a proximidade entre a cidade e o campo, fosse edificado, independente do núcleo urbano. Uma cidade para os ricos; um organismo que, apesar de estar conectado indissociavelmente ao ambiente preexistente, se desenvolvia alheio a ele.

Palavras Chave: Urbanística, Barroco, Paris

Abstract: The analysis of the most significant urban interventions that Paris would suffer in the seventeenth and eighteenth centuries paves the way for an essential discussion: if the inclusion of the green into the city – the composition of public and private gardens, sidewalks, alleys, *boulevards* – in connection with the opening of royal squares, during the *Ancien Régime*, have been able to significantly alter the preexisting dense medieval landscape; if the scenic character of the urban core have generally assumed a baroque condition, revealing a systematic transformation in the city landscape on behalf of the exaltation of the ruling monarchy. It is likely that the *places royales* were the most characteristic elements of the urban Parisian baroque, and by extension, the type of public space more closely tied to the France of the *Ancien Régime*. They arose in the context of the absolutism of seventeenth and eighteenth centuries as one of the most ingenious solutions, besides they are reinforced by the baroque practice of theatrical imagination and fantasy, particularly due to the exposed counterfeit in their illusionistic urban structures – the towering screens composed by the long and scenic continuous epidermic façades. Nevertheless, the ability to change scenic character of the urban bodies would be very restricted to the immediate surroundings where the enclosures would be raised to accommodate the statues of kings. Regarding the green interventions the French capital would suffer, the situation wouldn't be different: the more extensive and significant they have been, the more influence have they exercised for the further growth of the city and the assignment of a open and dynamic character to a preexisting part of the body, they would be almost invariably restricted to some areas bordering the city, or even founded beyond the built environment. It was as if a new system, allied to the proximity between town and country, were built, independent of the urban core. A city for the rich; a body which, despite being inextricably connected to the existing environment, developed itself opposed to it.

Keywords: Urbanism, Baroque, Paris

Este ensaio objetiva debater algumas características da urbanística no período barroco. Para isso, serão analisadas, com brevidade, algumas iniciativas urbanísticas praticadas em Paris nos séculos XVII e XVIII, em nome da promoção de um juízo sobre o poder que estas intervenções deteriam de alterar plenamente o caráter da paisagem e do cenário das cidades – particularmente a avaliação das transformações que diriam respeito à remodelação dos espaços urbanos na direção dos princípios da retórica, da persuasão e da imaginação barrocas, diretrizes caras aos governantes da época.

Neste sentido, não há dúvidas de que a nação francesa tomaria a frente das iniciativas mais maduras em relação à urbanística no cenário europeu, principalmente no reinado de Luis XIV (1638-1715), rei que subiria ao trono em 1643, mas que só governaria efetivamente após a morte, em 1661, de seu primeiro ministro, Jules Mazarin (1602-1661). Nos tempos do Rei Sol, a França se consolidaria e despontaria como o mais poderoso e influente Estado do mundo ocidental, ultrapassando enormemente a supremacia da nação espanhola que teria marcado parte do século XVI.

Não obstante, os empreendimentos em grande escala aplicados no seio das mais importantes cidades preexistentes, bem como aquelas iniciativas de fundação de residências reais fora dos limites edificados, ou de criação de núcleos urbanos constituídos *ex novo* com objetivos militares ou políticos, se fundamentariam coerentemente nas intervenções que Paris sofreria na primeira metade do século, particularmente nos reinados de Henrique IV de Bourbon (1553-1610), que governaria de 1589 até a sua morte, e de seu filho Luis XIII (1601-1643), que reinaria a partir de 1610.

As praças reais parisienses

As praças reais viriam a ser as estruturas mais marcantes do projeto de remodelação visibilística que a cidade de Paris sofreria a partir de finais do século XVI, na época do reinado de Henri IV, *le Grand* – quando foram construídas a Place Dauphine e a Place Royale (posteriormente Place des Vosges), e projetada, mas não edificada, a Place de France. O ápice desta nova tradição aconteceria com a abertura, no final do século XVII, na época do *Roi-Soleil*, da Place des Victoires e da Place Vendôme (originalmente Louis le Grand). Não obstante, esta prática se estenderia até meados do século XVIII, quando o Rei Luis XV (1710-1774) viria a patrocinar a abertura da Place de la Concorde, originalmente batizada Place Louis XV.

A principal característica destes ambientes era a presença em posição surpreendente da estátua do rei, bem como a regularidade das edificações ou das fachadas que compunham a praça. Ao contrário das praças barrocas romanas, nas quais, frequentemente, um ou mais edifícios se destacavam de forma imponente – organismos civis ou religiosos que se tornavam os protagonistas da percepção cenográfica do espaço –, nas *places*

royales francesas nenhuma construção isolada era ressaltada. O que sempre se buscava era a produção de um vigoroso conjunto de idênticas frontarias contíguas de casas de habitação, comércio ou negócios, panos cenográficos que envolveriam os limites construídos da praça e que adquiririam monumentalidade pela repetição obstinada do mesmo motivo tipológico. Uma grandiloquência que pela sua monotonia não chegaria a ameaçar o papel primordial e centralizador que a majestosa estátua do monarca exerceria para o inovador contexto – a verdadeira protagonista da experiência dramática das praças.

Place Dauphine

A primeira das praças reais construídas em Paris por iniciativa do Rei Henrique IV foi a Place Dauphine. Sua abertura está condicionada à edificação, a partir de 1578, por iniciativa do Rei Henrique III de Valois (1551-1589) – que reinou entre 1574 e 1589 –, de uma nova ponte que atravessaria o rio Sena passando por cima da área pantanosa na ponta oeste da Ile de la Cité, uma alternativa ao tráfego congestionado que cruzava os conjuntos de pontes que venciam o rio desde o período medieval, passagens que atravessavam as distâncias menores que se estendiam da margem esquerda do Sena até a ilha onde se assentava a catedral de Nôtre-Dame, e da ilha até o aglomerado urbano da margem direita do rio. Apesar de os dois braços da Pont Neuf terem sido projetados e iniciados como as outras pontes parisienses, com a presença de edificações regulares dispostas aos lados da pista, dando continuidade ao conjunto de casas que preenchiam as ruas que desembocavam no Sena (fato que impedia a efetiva percepção por parte do transeunte de que estava atravessando o rio), em 1602, após várias interrupções nos trabalhos (MORRIS, 1979, p. 159-160), Henrique IV aprovaria o projeto definitivo, prevendo a retirada das edificações da ponte com o objetivo de liberar mais espaço para o trânsito e oferecer uma inédita amplitude visual e elegância ao organismo proposto. Desta forma, a ponte abriria o visual para o rio a quem chegava à margem direita pelo norte, vindo do subúrbio de Saint-Honoré, descendo a Rue de la Monnaie, tangenciava o vértice constituído pela área em forma de triângulo, oriundo da retificação dos pântanos da ponta oeste da ilha de Nôtre-Dame, e prosseguia até margem esquerda, na direção meridional, no bairro de Saint-Germain, onde encontraria a pequena e retilínea Rue Dauphine – que estava sendo aberta pelo rei com muitas dificuldades e conflitos por desapropriar diversas áreas pertencentes a ordens religiosas. Deste modo, o conjunto constituído pela Rue de La Monnaie, que cruzava o lado norte da cidade (conhecido na Idade Média como *la ville*), a ponte nova, que cortava o vértice da principal ilha sobre o Sena (área conhecida como *la cité*), e a recém traçada Rue Dauphine, que rasgava parte do setor sul da cidade (conhecido no Medieval como *la université*) (MÍNGUEZ; RODRÍGUEZ, 2006, p. 177), formaria o primeiro eixo moderno de consolidação e de união da cidade, conectando os dois lados e os aproximando da região do palácio do Louvre na margem norte (direita).

Para enfatizar esta importante incitativa amadurecida por Henrique IV, e por seu ministro de finanças *Maximilien de Béthune*, duque de Sully (1560-1641), foi iniciada em 1607 a primeira praça real da cidade de Paris, aberta em homenagem ao delfim, o jovem filho do Rei, Luis XIII, e que seria denominada, justamente, Place Dauphine. Com sua forma triangular, a praça ocuparia adequadamente o terreno pantanoso, fruto dos aterros praticados na face oeste da Ile de la Cité, tendo como limite oriental o palácio real, que seria parcialmente oculto pela base do triângulo que formaria a praça; do outro lado, teria seu vértice se abrindo inusitadamente à estátua equestre de Henrique IV, organismo colocado acima de uma plataforma, um pouco à frente da área onde se dava o encontro, na ponta da ilha, dos dois braços que recentemente tinham passado a formar a armação da Pont Neuf. Neste sentido, mesmo estando assentada para além dos domínios físicos da praça, a escultura que retratava o rei não poderia estar mais conectada à Place Dauphine, enquadrada em profundidade pela perspectiva forçada que se desenvolvia através do eixo formado pela abertura no conjunto de edificações regulares na base do triângulo da praça, à frente do Palais Royale, até o vão exposto na fresta de seu vértice, vão que emoldurava, em perspectiva ilusionística, o panorama da estátua do rei em seu cavalo. Este efeito dramático era enfatizado pelo ritmo inabalável da modenatura presente nas fachadas homogêneas de casas com telhados coincidentes que compunham todos os lados da praça.

Para além deste fato, a estátua que figurava na plataforma mais a oeste da ponte não interrompia o percurso de quem transpunha o rio, e ainda oferecia vistas fascinantes retiradas dos dois segmentos da travessa – a imagem da escultura em generoso contraponto sob o fundo de uma das margens edificadas do rio. Quando o transeunte alcançava a metade do caminho, acima da ponta da ilha, poderia apreciar, a oeste, a imagem imediata da grande escultura; mas, se olhasse para a direção oposta, apreenderia tanto o contorno externo como a cavidade interna da marcial e regular Place Dauphine (Figuras 1 a 6) – uma perspectiva monumental semelhante àquela promovida por Michelangelo na Piazza del Campidoglio em Roma.

Place Royale

Na mesma década da abertura da Place Dauphine se daria a construção daquela que marcaria, possivelmente, o modelo mais celebrado e clássico de praças reais francesas – a Place Royale, conhecida posteriormente como Place des Vosges, edificada no lugar no qual se assentava o Hôtel des Tournelle, residência real que seria demolida por Catherine de Médicis (1519-1589) após a morte acidental de seu marido, o rei Henri II (1519-1559), em um torneio, como era de praxe acontecer naquela área. Concluída em 1612, a Place des Vosges não foi projetada para ter em seu centro a estátua equestre de um rei; da mesma forma não seria completamente revolucionária



Figura 1: Projeto para a construção da Pont-Neuf elaborado entre 1577 e 1578. Notar que ainda não existem a Place Dauphine e a estátua de Henrique IV na cabeceira da Ile de la Cité.

Fonte: Lavedan (1975, p. 153).

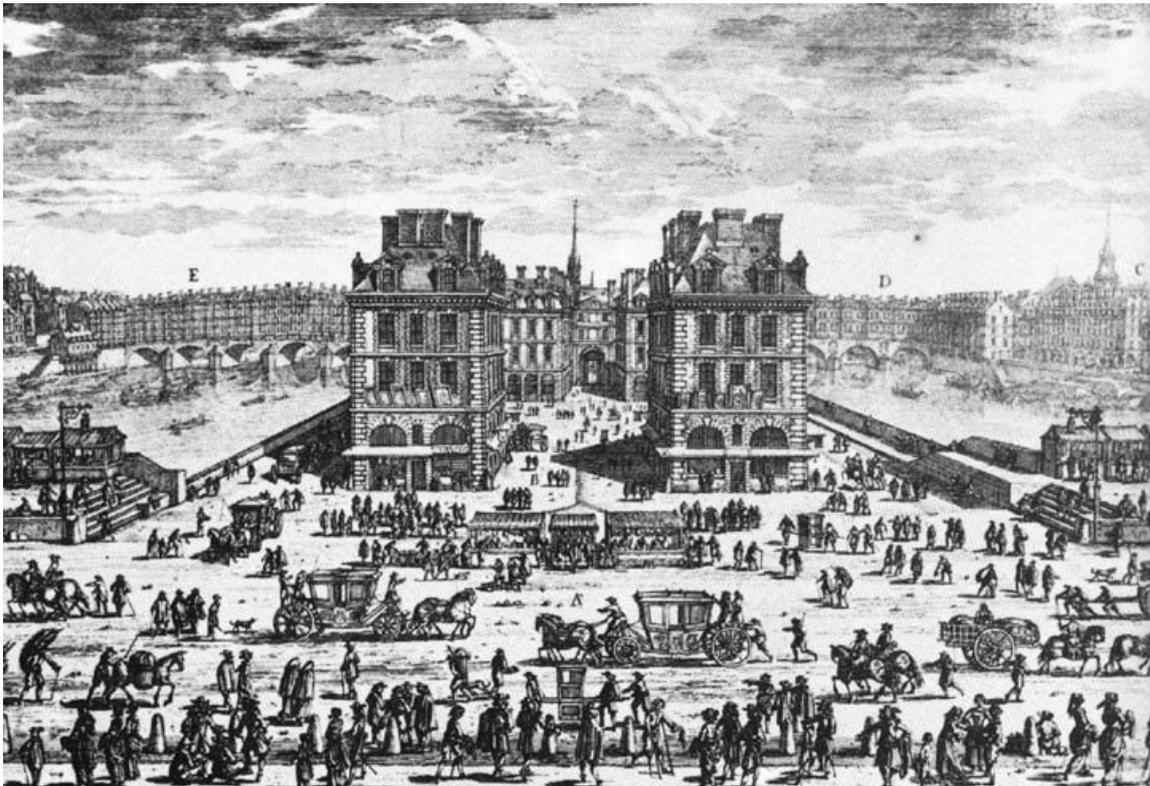


Figura 2: Gravura de Adam Perelle (1638-1695) mostrando a entrada da Place Dauphine vista desde a estátua equestre de Henrique IV, em finais do século XVII. Notar a presença, ao fundo, das antigas pontes – que atravessam o rio em direção a ilha – ocupadas por edifícios, ao contrário do que aconteceria na Pont-Neuf.

Fonte: Norberg-Schulz (1979, p. 31).

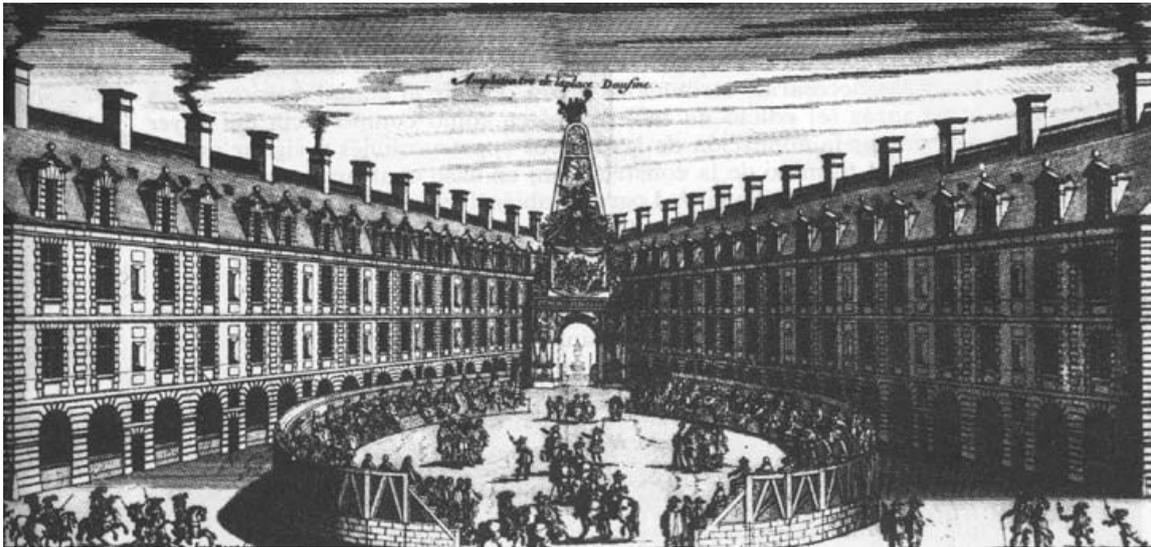


Figura 3: Gravura da segunda metade do século XVII mostrando o interior da Place Dauphine. Nesta ocasião, em 1660, a praça estava preparada para receber Luis XIV.
Fonte: Benevolo (2008, p. 623).

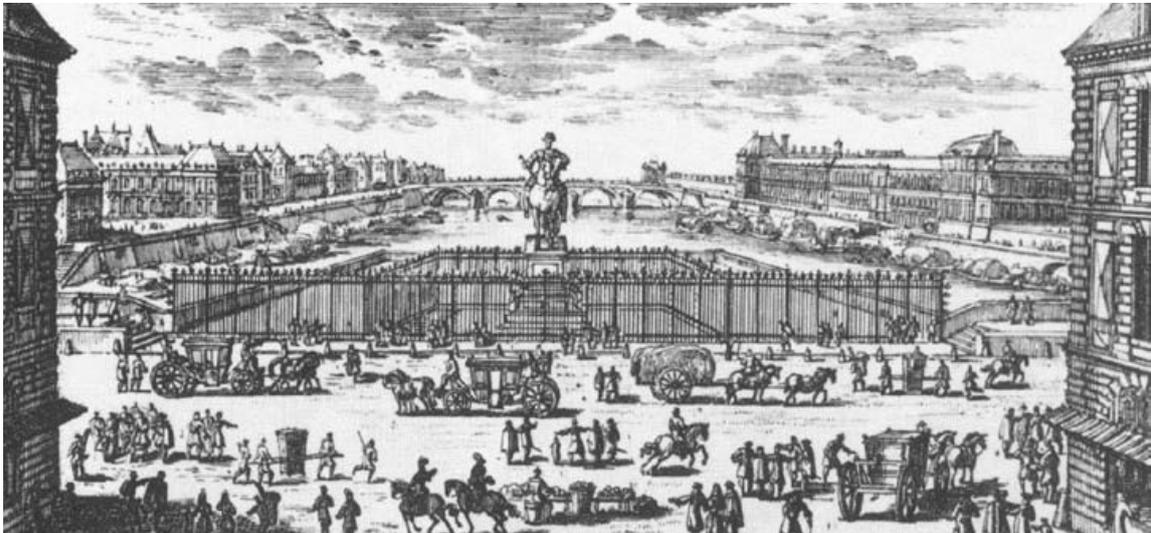


Figura 4: Vista axial retirada da Place Dauphine, direcionada à estátua de Henrique IV, monumento disposto entre as duas travessas da Pont-Neuf. Gravura de Perelle de finais do século XVII.
Fonte: Guidoni, Marino (1979, p. 293).



Figura 5: Gravura de Israël Silvestre (1621-1691) mostrando a entrada da Place Dauphine no século XVII.
Fonte: Lavedan, 1975, p. 242).

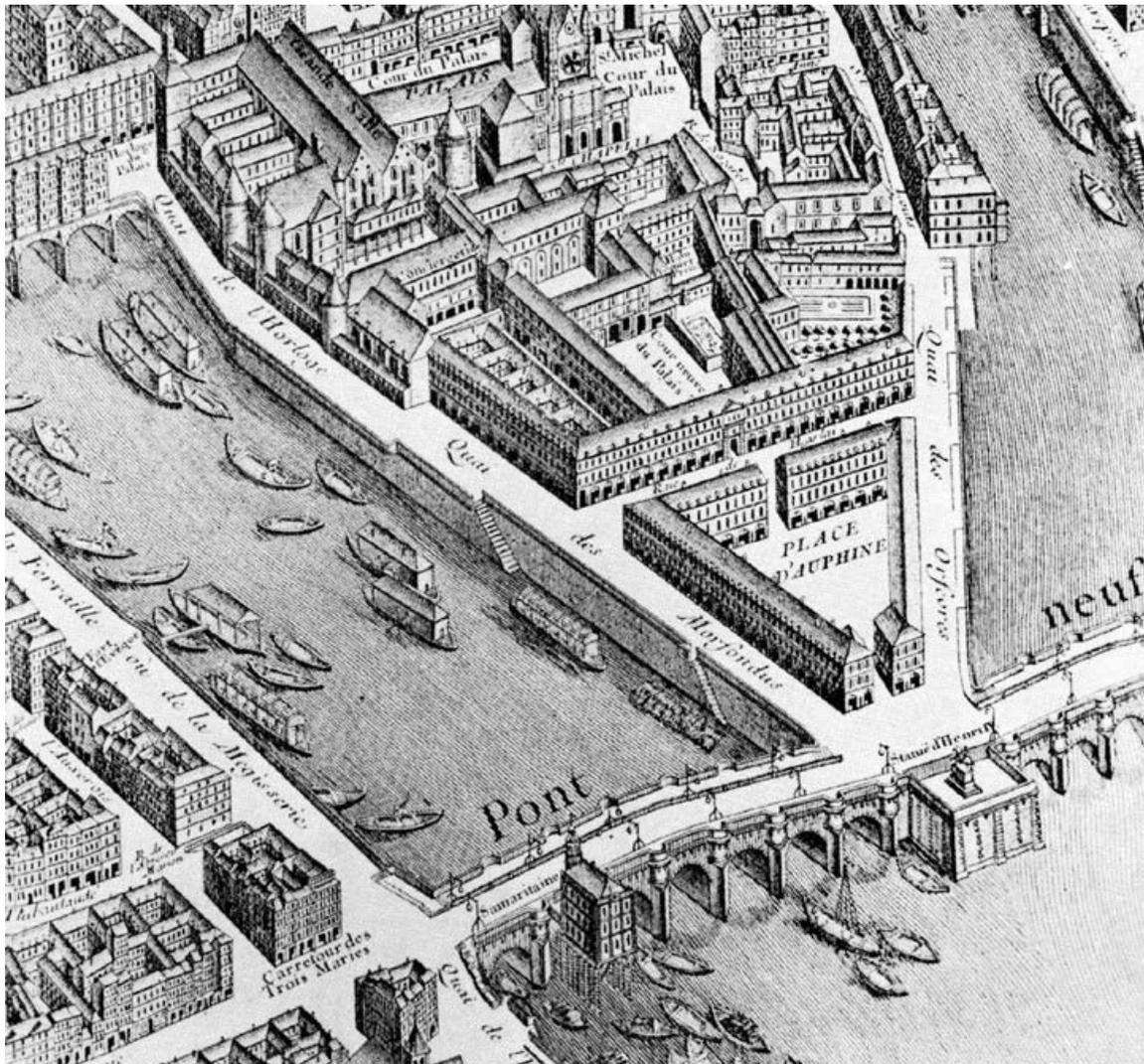


Figura 6: Imagem perspectiva da Place Dauphine, na Ile de la Cité, e da Pont-Neuf, vistas no *Plan de Turgot*, 1739. Fonte: Morris (1979, p. 159).

e original, já que foi precedida, ou pelo menos contemporânea da Place Ducale que estava sendo edificada durante a construção, no nordeste da França, da cidade fortificada de Charleville – por isso o projeto da Place Royale de Paris é comumente atribuído a Louis Métezeau (1559-1615), cujo irmão Clément (1581-1652) construíra a praça de Charleville.

Na verdade, a história da abertura da Place des Vosges demonstra uma conjunção de fatos e acontecimentos díspares e incoerentes, fatos que a princípio não pareceriam condizer com a forma homogênea, rígida e fechada que a praça acabaria guardando – a real consolidação do modelo de Classicismo barroco cenográfico que Choisy tanto enfatizaria em seu livro *Espacements* (2003). A primeira ideia do Rei Henrique IV para uma praça quadrada e simétrica na área que valorizaria imensamente o bairro de Marais, na margem direita do Sena, se baseava em uma solução de caráter absolutamente utilitário e popular: um largo fechado que acolheria um edifício de uma manufatura têxtil em uma das faces, e nos outros três lados, as casas para servir de moradia aos

operários. (BENEVOLO, 2008, p. 623) Porém, logo o imperador deixou essa ideia de lado por influência do Duque de Sully. (GUIDONI; MARINO, 1979, p. 291-197)

Na cidade cartesiana de Charleville, a Place Ducale ocuparia uma área em forma de retângulo regular, cujos lados maiores e menores eram interrompidos, em seus centros geométricos, por acessos formados por ruas retilíneas com ocupação edilícia regular de pequeno porte – com exceção do lado menor no qual se assentava o Palais Ducal (Figuras 7 a 9). Este desenho atribuída à praça uma configuração dinâmica de passagem de tráfego, caráter que não seria encontrado na quadrada Place Royale de Paris, já que a praça parisiense se apresentaria como um espaço mais fechado e acolhido. No Marais, o acesso de pedestres era possível por aberturas centrais que passavam abaixo dos pavilhões do rei e da rainha, organismos mais altos e imponentes dispostos frente a frente, respectivamente no eixo do lado sul e do lado norte do ambiente do recinto. Mas, adjacente ao lado norte, uma rua se desenvolvia permitindo a circulação de veículos, fato que ainda hoje fica restrito a esta face da praça, não retirando, porém, a sensação de clausura adquirida pelo espaço.

A arquitetura regular, com suas 38 casas de dois pavimentos dispostos acima de uma *loggia* contínua de arcadas e galerias que envolviam todos os quatro lados do ambiente, lembra muito as soluções adotadas em Charleville. Os telhados de ardósia independentes e de alta pendência das edificações humanizam o ambiente, retirando um pouco da monumentalidade que seria conseguida se as linhas das coberturas coincidissem em todos os grandes panos de frontarias cenográficas. Desta forma, a estátua do rei Luis XIII – que só foi transposta para o centro geométrico da praça em 1639 pelo então primeiro ministro do rei, Cardeal Richelieu (1585-1642), ocasião em que o espaço seria efetivamente aberto ao público, já que antes era restrito aos seus morados ricos –, estaria muito mais realçada em função da escala reduzida que acabaria conformando o conjunto de edificações independentes (Figuras 10 a 12).



Figura 7: Fotografia anterior a 1941 da Place Ducale de Charleville.
Fonte: Lavedan (1941, p. 120-121).



Figura 8: A cidade fortificada de Charleville em uma estampa de 1656.
Fonte: Guidoni, Marino (1979, p. 296).

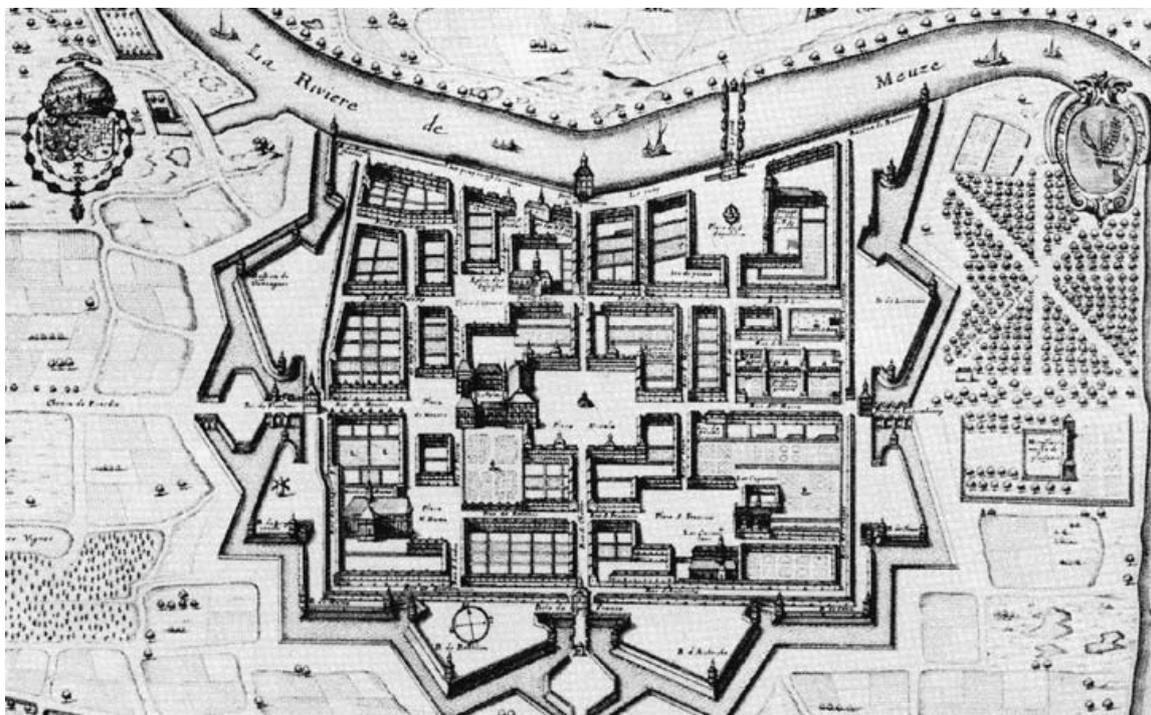


Figura 9: Vista aérea da Place Ducale de Charleville, construída um pouco antes da Place des Vosges.
Fonte: Guidoni, Marino (1979, p. 293).

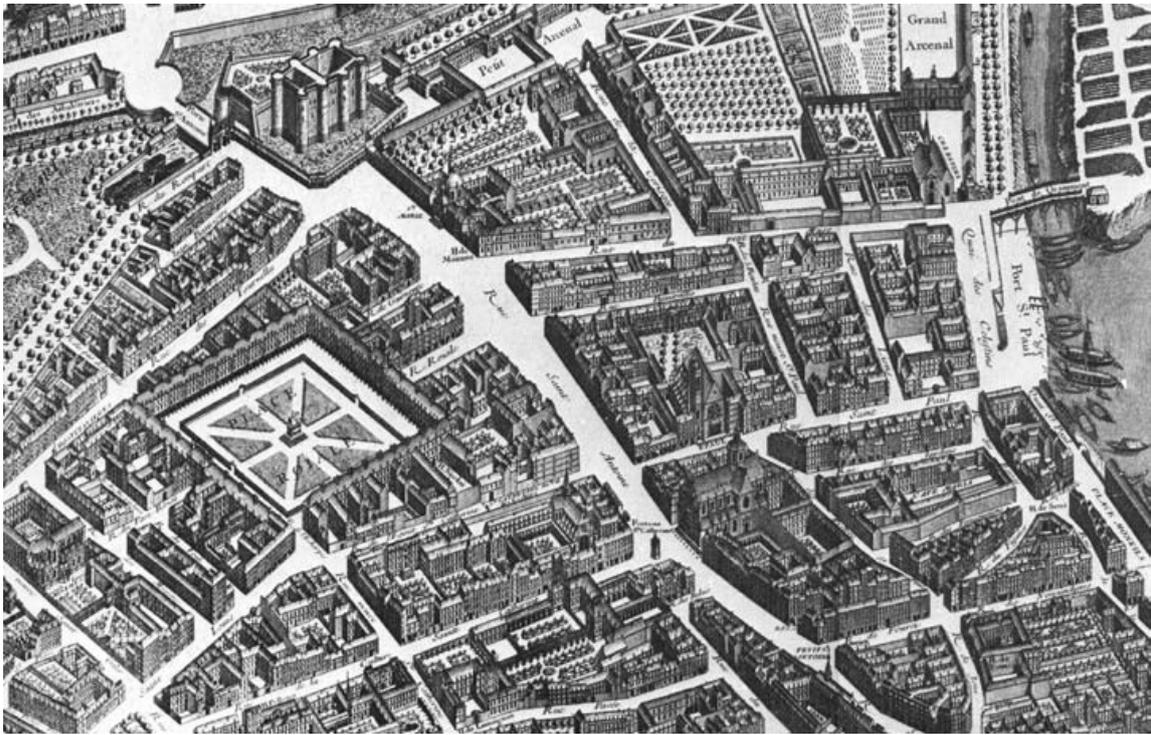


Figura 10: Detalhe do plano de Michel-Étienne Turgot (1690-1751) mostrando a Place Royale.
Fonte: Lavedan (1975, p. 230).



Figura 11: A Place Royale em uma gravura de Perelle de finais do século XVII.
Fonte: Lavedan (1975, p. 246).



Figura 12: A antiga Place Royale, atual Place des Vosges.

Fonte: Fotografia elaborada pelo autor.

Place des Victoires

O amadurecimento da concepção projetual e do assentamento das praças regulares se daria na fase de maior prosperidade e de poder do Estado francês na era barroca: durante os anos de governo do rei Luis XIV. Em seus mais de 70 anos de reinado, o Rei Sol viria a construir em Paris pelo menos duas importantes praças reais – a Place des Victoires e a Place Vêndome, organismos que também viriam a influenciar decisivamente, e por motivos diversos, a urbanística praticada na Europa e no resto do mundo.

A configuração da Place des Victoires (originalmente Place Louis XIV) estaria baseada em alguns artifícios que já eram comuns nas praças abertas na época de Henrique IV. Não obstante, para além da arquitetura regular que circundaria a cavidade interior do ambiente, e da forma geométrica pura que comporia o desenho do espaço – a circunferência de 39 metros de raio que conformaria o perímetro da praça – o grande arquiteto francês Jules Hardouin-Mansart (1646-1708) não deixaria de apresentar novas soluções para a primeira praça real que projetava. Mais do que qualquer outro empreendimento urbanístico semelhante praticado na capital francesa, pelo menos durante os períodos barroco e iluminista, a antiga Place Louis XIV seria pensada como um relevante organismo de distribuição e controle do tráfego que se desenvolvia na grande região à margem direita do rio Sena, pouco acima do complexo do Louvre, que então sofria significativas alterações. Apresentar-se-ia como uma eficiente rotunda que receberia o fluxo de carroças, coches, carruagens, enfim, todo tipo de veículos de

roda que acorreria à praça pelos quatro lados, veículos que buscariam a próxima saída desejada, circundando o ambiente em volta da monumental estátua de Luis XIV. Deste modo, a Place des Victoires tomaria a forma de um típico *rond-point*, um importante ponto de direcionamento do trânsito das áreas mais afastadas para o centro da cidade.

Hardouin-Mansart, entretanto, esbarraria com uma série de obstáculos no processo de projeção e de edificação da praça, entraves que, pelo menos no que tange a questão do *design* do ambiente, o arquiteto teria conseguido resolver. Entre os graves problemas que precederiam a concepção do espaço poderia ser destacada a situação do tecido urbano adjacente, que era absolutamente irregular: das seis vias que alcançariam a praça, pelo menos metade não se apresentaria através de um direcionamento axial radial em relação à estátua do rei, que se postava ao centro do largo. Irrompiam na cavidade circular de forma aleatória e casual – como a Rua Vide-Gousset, uma via que cruzava a rotunda como um seguimento de reta secante à circunferência da praça. Consequentemente, a sugestão de continuidade do espaço teve de ser perseguida através do caráter hegemônico oferecido pela composição das fachadas regulares e alinhadas com a linha da circunferência, frontarias presentes em grande parte do contorno da praça, assentadas em lados opostos, encerrando a maior extensão do *rond-point* conformado pela Place des Victoires. Assim, os dois seguimentos de circunferência desvelariam interessantes panoramas formados pelas imponentes frontarias côncavas, vastas fachadas de pavimento térreo rústico e com pisos superiores ritmados por vigorosas ordens colossais jônicas. Os acolhedores organismos acabariam funcionando como panos de fundo cenográficos para a estátua do rei – êxedras que se contrapunham à imagem em escoreço da escultura de Luis XIV. Nas duas áreas mais abertas da praça, setores de onde, em lados opostos, despontariam as seis vias que invadiam o ambiente, engenhosos artifícios de desenho foram pensados para ocultar o máximo possível o caráter aberto destas áreas – exceção feita ao eixo perspectivo da Rue Fossés Montmartre, que emoldurava, para além da praça, a visão frontal em profundidade da estátua de Luis XIV – artifício típico da época (Figuras 13 a 15).

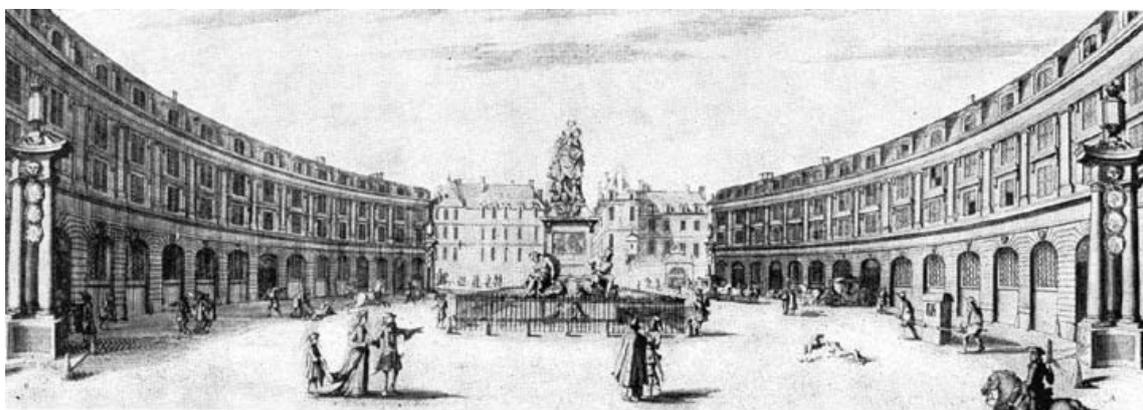


Figura 13: Place des Victoires em uma gravura de Perelle.

Fonte: Lavedan (1975, p. 248).

Curiosamente, a ocupação dos edifícios regulares da praça se daria lentamente, e por conta da iniciativa privada. Não obstante, os proprietários e seus construtores tiveram que seguir fielmente o desenho exigido no projeto original para as fachadas, mecanismo que se tornaria viável através do grave controle acionado por parte Estado.

Place Vendôme

No caso da outra praça projetada por Hardouin-Mansart, a Place Vendôme (originalmente conhecida como Place Louis Le Grand), o mais imponente e áulico dos espaços públicos abertos desde o início do século XVII por iniciativa real, o estratagema utilizado pelo arquiteto para garantir a essencial homogeneidade das frontarias que comporiam o contorno interno do perímetro do largo seria ainda mais eficiente – se comparado às outras intervenções públicas de Henrique IV, Luis XIII e do próprio *Roi-Soleil*. O rei garantiria a regularidade e a celeridade do investimento, construindo, por iniciativa própria, as fachadas que comporiam o ambiente e vendendo os terrenos em volta da praça para particulares ricos, que aos poucos iriam levantando, por detrás dos epidérmicos e teatrais cenários de pedra, domicílios, estabelecimentos comerciais, negócios, empresas. O contorno edificado da praça se configuraria, deste modo, como um pano de fundo cênico para mais uma estátua equestre de Luis XIV (desta vez vestido em trajes romanos), monumento que seria assentado em 1699, bem no centro do recinto – aliás, como era de praxe. Em um primeiro momento nada haveria para além do dorso da armação teatral, mas o espaço cumpriria, desde já, seu papel de organismo áulico de representação da força e do poder infinitos do rei – nada poderia ser mais barroco.

Na verdade, segundo Morris (1979, p. 162), a iniciativa radical de se construir imediatamente os dois panos de fachadas que se oporiam frente a frente na futura Place Vendôme, surgiria como uma estratégia desesperada idealizada por Mansart e pelo Rei Sol em prol do incentivo à ocupação edilícia da praça – que ainda não contaria com nenhuma habitação por ocasião da inauguração do monumento equestre a Luis XIV. Com o tempo, os lotes parcelados na parte posterior dos tramos sucessivos das frontarias foram sendo ocupados por edifícios de extensão e formatos variáveis, diversidade que não afetaria, em nada, o caráter regular e cortesão da praça. A sua configuração homogênea – que sugeriria a presença de dois imponentes palácios gêmeos que se confrontavam nas faces leste e oeste da praça, se desdobrando para os lados menores em ângulos de 45° –, estava garantida pela armação barroca imposta no empreendimento real. O caráter fechado do espaço, situação que reforçava o sentido de monumentalidade retirado pelo transeunte que se postava em sua cavidade interna, era favorecido pela pequena dimensão das vielas que chegavam pelos acessos alinhados ao eixo norte-sul da praça: de dentro do largo, as perspectivas geradas pelas duas travessas regulares (que apresentavam o mesmo tratamento das fachadas da praça) logo se encerrariam em edifícios assentados nas ruas paralelas aos seus lados menores, enfatizando enormemente a noção da clausura do espaço – enquadrando,

na direção norte do eixo dominante, a mole da Igreja dos Capuchinhos, e em seu lado sul, as fachadas alinhadas da Rue Saint Honoré.¹ O sentido grandiloquente das fronteiras não ameaçava, contudo, o caráter hegemônico da estátua equestre de Luis XIV, já que sua altura de 18 metros não seria ultrapassada pelas fachadas cenográficas regulares (Figuras 16 e 17).²

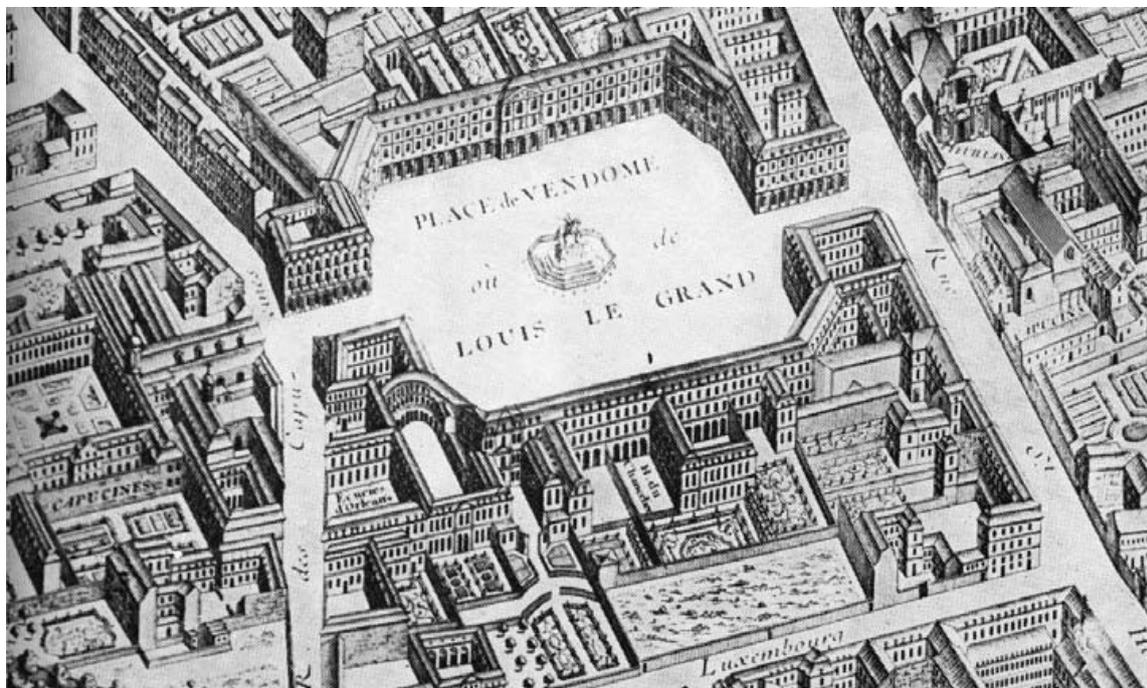


Figura 16: Place Vendôme, em um detalhe do *Plan de Turgot*. Notar o cenário teatral formado pelas fachadas puramente epidérmicas que envolviam o espaço onde se assentava a estátua equestre do rei.

Fonte: Lavedan (1975, p. 255).



Figura 17: Place Vendôme, em uma gravura de Perelle. Notar a Igreja dos Capuchinhos enquadrada perceptivelmente, ao fundo.

Fonte: Lavedan (1975, p. 255).

Place de la Concorde

A última praça significativa edificada para abrigar a estátua de um rei em Paris seria aberta mais de cinco décadas após o desenvolvimento dos projetos que definiram a construção da Place Vendôme, em um contexto ideológico bastante diverso daquele da época de Rei Sol, e que se aproximaria mais do pensamento iluminista do que da cultura barroca. Não obstante o sentido original que levou à construção da Place de la Concorde, a ideia de organizar um espaço urbano monumental que deveria servir como cenário para a inclusão de uma grande estátua do rei Luis XV (1710-1774)³, se aproximaria abertamente dos outros empreendimentos realizados no período barroco. Além disso, inspiradas nos modelos barrocos precedentes – particularmente nas ações especulativas promovidas em nome do incentivo à construção dos edifícios que deveriam envolver os espaços abertos –, as fachadas regulares dos monumentais palácios que viriam compor a nova *place royale* também seriam edificadas antes da ocupação efetiva dos lotes que seriam parcelados por detrás das frontarias cenográficas. Ou seja, mais uma vez um artifício da teatralidade barroca era utilizado para garantir a homogeneidade do imponente cenário retirado das testadas dos falsos palácios.

A praça projetada por Jacques-Ange Gabriel (1698-1782), mesmo se aproximando de muitos princípios e soluções que caracterizavam as iniciativas anteriores, apresentaria pelo menos um aspecto muito diverso no que se referia ao planejamento das *place royales*; inovação que poderia ser resumida na configuração aberta e permeável que o largo assumiria, e na interface que o recinto guardaria com o ambiente natural. As escolhas projetuais que levariam o arquiteto a conceber sua obra de forma tão singular teriam conexões diretas com a situação urbanística da área escolhida.

Como relata Morris (1979, p. 167), os terrenos reais localizados ao norte do rio Senna, e envolvidos por jardins, passeios e bulevares – a leste, o Jardin des Tuileries, e na direção oeste, o eixo dos Champs-Élysées e o passeio formado pelo Cours-la-Reine (organismos abertos nos séculos XVI e XVII) –, exigiram do projetista um cuidado especial no que concerne à busca por uma continuidade frente a estes sítios naturais preexistentes, ambientes que haviam assumido a condição de equipamentos voltados ao público comum. A solução adotada foi extremamente satisfatória, pois os três lados da praça que se abriam para as áreas adjacentes formadas pelo rio Senna, pelas Tuileries, pelos Champs-Élysées e pelo Cours-la-Reine, foram deixados livres de edificações e tratados apenas paisagisticamente. O projeto foi baseado na inclusão de fossos de 5 metros de profundidade e 18 metros de largura, envolvidos por balaustradas de mármore, organismos interrompidos apenas nos quatro vértices que configuravam o ambiente, bem como nas passagens abertas para celebrar os direcionamentos pertinentes aos eixos principais do largo: no sentido leste-oeste, o eixo marcado pelo Jardin des Tuileries e pelos Champs-Élysées; no sentido norte-sul, o eixo comandado pela recém-aberta Rue Royale e pelo rio Senna⁴. O desenho adotado em forma de octógono

irregular alongado, ou seja, de retângulo com os vértices chanfrados – à semelhança da Place Vendôme –, se justificava em nome da adaptação às direções diagonais dos eixos do Cours-la-Reine e do outro bulevar simétrico, passeios que acorriam à praça pelo lado ocidental. A única barreira de edifícios concebida encerraria o recinto em sua face norte, justamente aquela que apresentava um confuso e tradicional emaranhado urbano: os dois imponentes palácios, já citados, tratados com uma arquitetura áulica que lembrava o projeto de Perrault para a fachada leste do vizinho Louvre, ocultariam o tecido construído que se escondia por detrás da praça, se abrindo exclusivamente para o eixo da Rue Royale que os separava. A via, por sua vez, ofereceria uma vigorosa perspectiva em profundidade que enquadraria a idealizada Igreja da Madeleine, que pela ocasião constava apenas em projeto.⁵ A estátua de Luis XV, naturalmente, apareceria no centro do largo, tendo como pano de fundo cenográfico todo o imponente conjunto (Figuras 18 e 19).⁶



Figura 18: Vista perspectiva da Place Louis-XV no século XVIII.
Fonte: Lavedan (1975, p. 267).



Figura 19: Imagem de um dos palácios que compõem a Place de la Concorde, com a Rue de Rivoli à direita.
Fonte: Fotografia elaborada pelo autor.

Outras intervenções significativas na Paris do Ancien Régime: espaços para a contemplação e para o passeio

É provável que as *placas royales* tenham sido os elementos mais característicos da urbanística barroca parisiense, e por extensão, a tipologia de espaço público mais simbolicamente vinculada à França do *Ancien Régime*. Reproduzidas inúmeras vezes em distintas capitais de província, em núcleos urbanos de certa importância, ou mesmo em cidades fundadas *ex novo*, despontariam no contexto do absolutismo ocidental dos séculos XVII e XVIII como uma das soluções mais engenhosas no que diz respeito ao exercício dos princípios da retórica e da persuasão – além de estarem calcadas na prática barroca da imaginação teatral e da fantasia, particularmente devido à contrafação exposta em suas estruturas urbanas ilusionísticas – os imponentes biombo cenográficos compostos pelas longas e contínuas fachadas epidêmicas. Não obstante, a capacidade de alterar o caráter cenográfico dos organismos urbanos ficaria muito restrita ao entorno imediato em que seriam levantados os recintos para acolher as estátuas dos reis. Mesmo Paris, que antes da revolução revelaria gradativamente o vigoroso conjunto das cinco praças reais, abertas em homenagem aos monarcas seiscentistas e setecentistas, não absorveria uma transformação significativa no que tange à sua conformação visibilística medieval: a enorme dimensão que teria alcançado a apertada massa edificada do núcleo preexistente, por ocasião da construção das *places royales*, inibiria uma contaminação mais efetiva da sua experiência cenográfica, de seus espaços regulares e cortesãos, frente à extensão da cidade – que já contava no século XVII com mais de 600.000 habitantes, sendo o maior aglomerado urbano do mundo. (BENEVOLO, 2008, p. 680) Na mesma direção, em função do caráter reduzido e fechado de seus ambientes, as praças reais teriam exercido pouca influência ao posterior crescimento da cidade.

Em oposição, os espaços verdes, os jardins públicos, as *promenades*, os passeios e *boulevards*, ambientes idílicos que se tornariam os outros protagonistas da urbanística barroca francesa – soluções particularmente revolucionárias, experimentadas inicialmente em intervenções na cidade de Paris –, influenciariam decisivamente o processo de expansão da cidade, especialmente sua ampliação setentrional a partir do traçado dos *Grand Boulevards*, bem como seu crescimento para além das antigas muralhas, na direção ocidental, devido à abertura do eixo perspectivo dos Champs-Élysées.

Na verdade, o *Grand Siècle* francês traria pela primeira vez na história da urbanística ocidental o verde para dentro das cidades; ou seja, apresentaria a natureza – domesticada obcecadamente pelos paisagistas e arquitetos – como elemento compositivo essencial para a estrutura dos principais aglomerados urbanos. Deste modo, o verde não ficaria mais relegado aos quintais das casas; aos ocultos jardins e hortas dos conventos e mosteiros; aos delicados jardins particulares, fechados ao público, da nobreza e da realeza.

A natureza não se faria mais presente exclusivamente para além dos muros das cidades, nas florestas, nos bosques, nos *châteaux* da aristocracia. Já em princípios do século XVII, seriam oferecidos ao público em geral – aos transeuntes, aos súditos do rei –, espaços verdes para a contemplação, para o recreio, passeio, lazer, ou pensados simplesmente para servirem de passagem – caminhos que acolheriam o tráfego de pedestres, ou que se adequariam satisfatoriamente ao célere fluxo dos veículos de roda.

Um dos mais significativos empreendimentos na Paris do *Ancien Régime*, a concepção da ampla avenida perspectiva dos Champs-Élysées, marco para o desenho urbano de áreas verdes nos períodos barroco e iluminista, contribuiria decisivamente para a expansão linear da cidade para o poente, a partir do palácio do Louvre. Contudo, a abertura da grande alameda só poderia ser compreendida como uma ação incluída em um intrincado processo de planejamento e constituição de jardins e passeios que começariam a ser ordenados na segunda metade do século XVI.

Jardins e Passeios

A primeira iniciativa que decretaria este crescimento para além dos muros da cidade, que então estavam sendo reedificados, foi a construção, na década de 1550, por iniciativa da Rainha Catherine de Médicis (1519-1589), de um novo palácio para sua moradia: o Palais des Tuileries, que seria projetado pelo arquiteto Philibert de l'Orme (1510-1570) logo à frente da antiga residência real do Louvre.⁷ Como elemento essencial componente do novo edifício, o amplo Jardin des Tuileries, inicialmente desenhado em estilo italiano, se estenderia a oeste da mole do palácio de Catherina, até alcançar o sítio onde posteriormente seria aberta a Place Louis XV (hoje Place de la Concorde). O mais conhecido jardim parisiense teria seu desenho completamente reformulado mais de 100 anos depois, em 1666, pelo célebre paisagista francês André Le Nôtre (1613-1700) – jardineiro oficial do Rei Sol de 1645 até a sua morte. Após o traslado de Luis XIV e sua corte para o Château de Versailles, o jardim seria definitivamente aberto ao público, iniciativa justificada em nome da reconhecida condição do recinto como espaço para contemplação e lazer, um respiro de ar e luz frente ao apertado e insalubre núcleo urbano – que guardaria sua emaranhada e densa configuração medieval, pelo menos até meados do século XIX, quando as intervenções do Barão de Haussmann viriam alterar radicalmente o tecido urbano da antiga cidade de Paris.

Com os mesmos objetivos, outro tipo de organismo verde despontaria na cidade de Paris pouco antes da constituição das Tuileries: seriam os chamados passeios, vias arborizadas, abertas muitas vezes para além dos contornos da cidade, e que possuiriam a função de permitir a agradável passagem de pedestres, carroças e carruagens por artérias flanqueadas por barreiras vegetais ordenadas por fileiras de frondosas árvores de poda cuidadosa, cujo principal exemplo seria o Cours-la-Reine.

Na verdade, um ano antes da construção do Cours-la-Reine, em uma área não muito distante do Jardin des Plantes, no lado esquerdo do Senna, Marie de Médicis patrocinaria a edificação do Palais e do Jardin du Luxembourg – projetados pelo arquiteto Salomon de Brosse (1571-1626) e inspirados no Palazzo Pitti de Florença. Logo, a abertura do “Curso da Rainha” acompanharia coerentemente o gosto da imperatriz pelos espaços verdes e o apreço demonstrado por sua terra natal, já que a concepção da alameda seria baseada no Parco delle Cascine, levantado em Florença na década de 1560. O agradável passeio arborizado seria traçado pouco à frente do limite ocidental das Tuileries, em um direcionamento axial diverso dos jardins de Catherina de Médicis, buscando um sentido diagonal em relação àquela área. Seguiria, na realidade, de forma direta e retilínea, a margem setentrional do Senna – dando prosseguimento ao processo de expansão da cidade para o oeste, iniciado pela construção do complexo das Tuileries (Figuras 20 a 22).

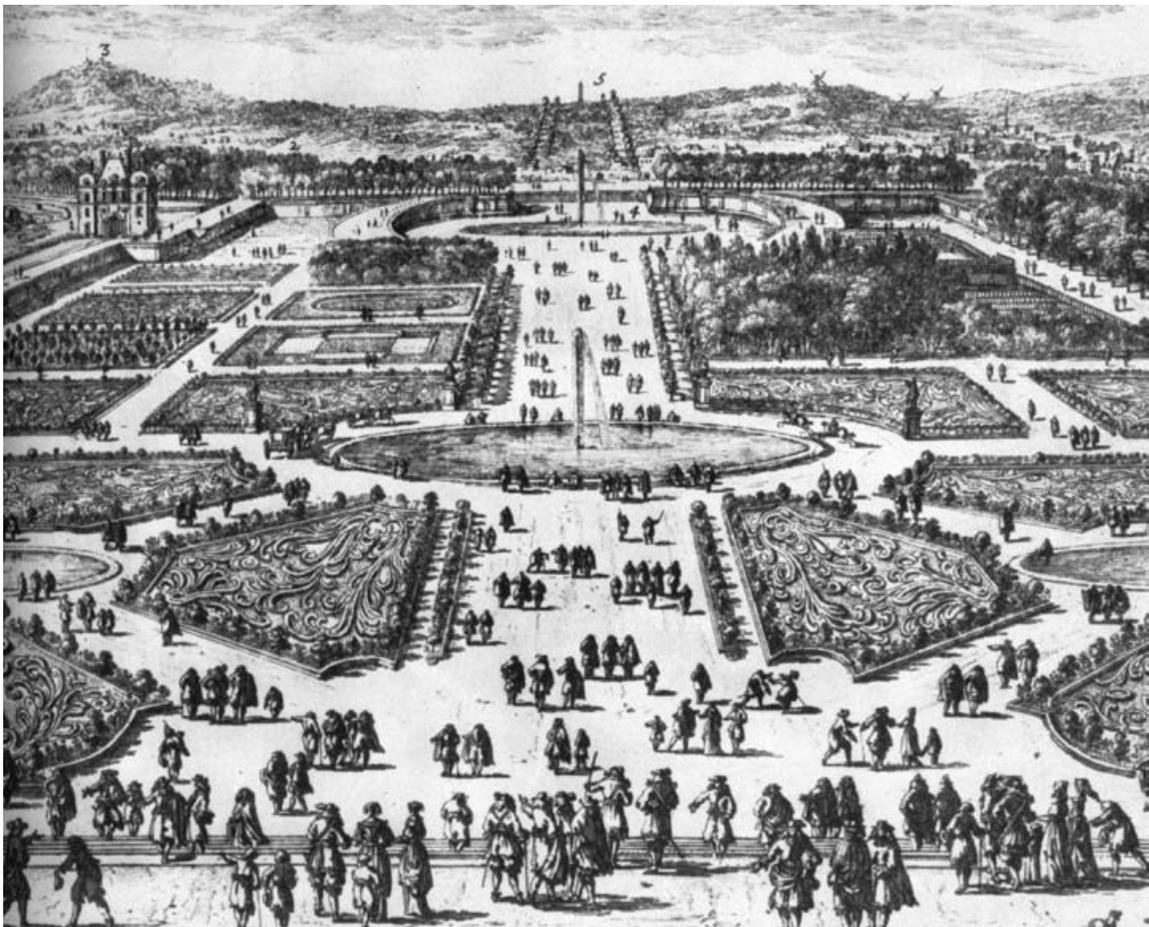


Figura 20: Jardim des Tuileries em 1680. Gravura de Perelle.
Fonte: Lavedan (1975, p. 293).

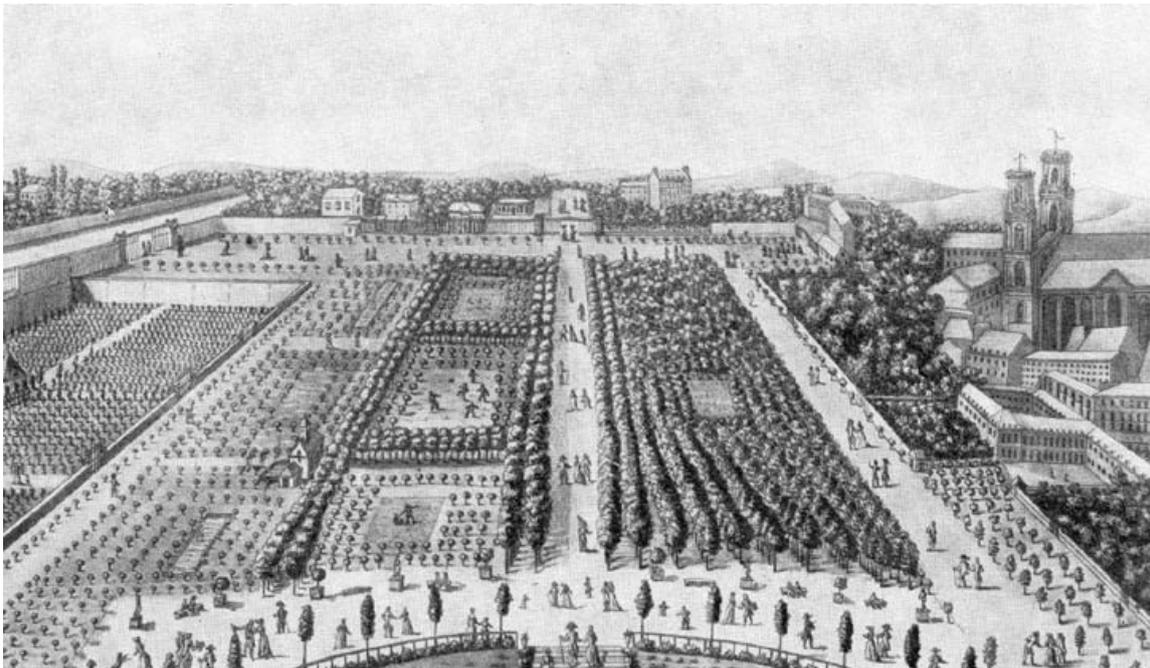


Figura 21: Jardin de Luxembourg ,em uma gravura de Angelo Garbizza (1777-1813).
Fonte: Lavedan (1975, p. 296).

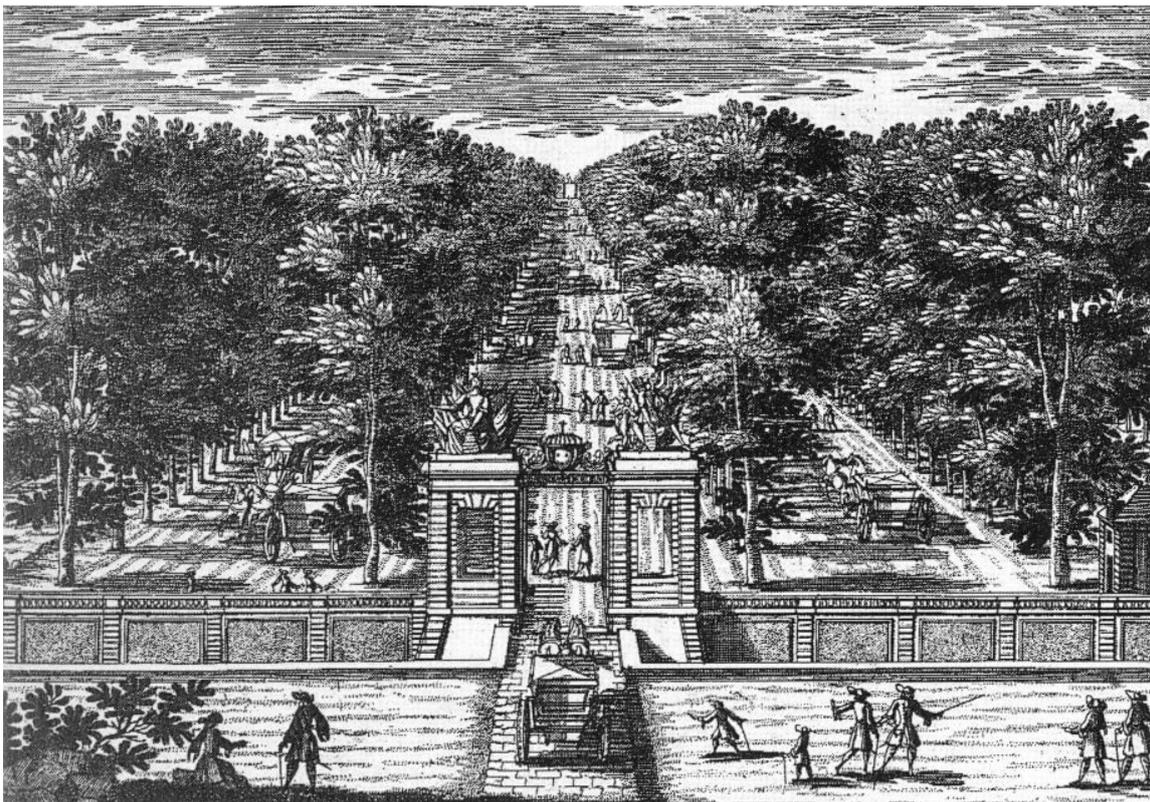


Figura 22: Cours-la-Reine, em uma gravura de Antoine Aveline (1691-1743).
Fonte: Kostof (1991, p. 251).

Champs Elysées

Décadas mais tarde, já na época de Luis XIV, André Le Nôtre, a pedido de Colbert, projetaria finalmente o organismo paisagístico que viria a se tornar a mais famosa avenida de Paris – a já citada alameda dos Champs Elysées. O jardineiro do rei entenderia o empreendimento como a abertura de uma larga estrada que extrapolaria enormemente os limites ocidentais do antigo núcleo urbano, distendendo profusamente o eixo perspectivo que acabara de projetar, e que estava sendo rasgado no meio do Jardin des Tuileries – cujo desenho o próprio paisagista reordenava radicalmente. A grande extensão da perspectiva gerada pelo encaminhamento axial dos jardins e seu prolongamento nos Champs Elysées é ainda mais apreensível hoje em dia, especialmente devido à destruição, em 1882, das ruínas do Palais des Tuileries: atualmente, quando se olha para o ocidente a partir da esplanada do Museu do Louvre – por baixo, ou logo após o Arc de Triomphe du Carrousel – é possível apreciar a conformação dramática da imagem em profundidade do longo caminho linear que alcança o outro monumental arco do triunfo oitocentista assentado na Place de l’Etoile.

Mas, a longa avenida não seria traçada de um único relance, mas seria ampliada com o decorrer do tempo. Após 1667, um pequeno trecho inicial passaria a figurar na mesma área onde partiria o Cours-la-Reine, em seguida ao sítio que receberia, em meados do século XVIII, a Place de la Concorde – a praça que proporcionaria a conexão perfeita entre o complexo das Tuileries, o “Corso da Rainha”, e os Champs Elysées. Aos poucos, com a entrada do Setecentos, a alameda se prolongaria para o ocidente, transformando-se na maior via linear de Paris – revelando aquele gosto, típico da época barroca, pelas perspectivas que se perdiam no ponto de fuga postado no infinito.

Contudo, a paisagem apreendida no grande eixo perspectivo seria, até o século XIX, bastante diferente daquela apreciada hoje. Por um lado, o panorama que se mirava seria constituído por uma idílica alameda frondosa, sem a presença de construções em nenhum dos dois lados da via – daí a denominação mitológica de “Campos Elíseos”; por outro lado, a topografia, bastante diversa da situação atual, favoreceria o encaminhamento dramático da perspectiva, já que a prolongação em profundidade da alameda na direção oeste, até o alcance da Place de l’Etoile, se faria através de um suave aclave; e sua ampliação, até a distante ponte Neuilly, ofereceria a imagem de um equivalente declive. É bom dizer que estes dois trechos mais remotos da avenida só seriam abertos no século XVIII, e que, em 1774, o arquiteto Jacques-Germain Soufflot (1713-1780) rebaixaria em 5 metros a Butte de Chaillot – o morro cujo cume coincidiria com a área na qual, desde a primeira metade do século XIX, estaria implantado o grande Arc de Triomphe – diminuindo sobremaneira a apreensão cenográfica da perspectiva que galgava suavemente a pequena elevação da colina. (MORRIS, 1979, p. 165)

Analisando o desenvolvimento dos Champs Elysées e dos passeios edificadas na capital francesa durante o *Ancien Régime*, não deixa de ser significativo o fato de todas as vias lineares de dimensões significativas traçadas na cidade terem sido abertas para além dos limites do ambiente construído – ao contrário do que aconteceria na Roma quinhentista, onde inúmeros eixos perspectivados seriam rasgados em áreas contidas dentro de suas antigas fortificações. Ao mesmo tempo, é profundamente relevante a forma como estas avenidas eram tratadas: pensadas e levantadas antes como alamedas e passeios arborizados, do que como vias tradicionais de ocupação urbana; vias cujo caráter seria dado pela presença maciça do verde, e não pela densa massa de edifícios alinhados e agregados aos dois lados – situação que também contrastava com a realidade da capital pontifícia. Este fato revelaria a cautela que era assumida pelos imperados franceses do *Ancien Régime* na proposição e na execução de intervenções viárias nas áreas mais densas do tecido urbano – prudência derivada do alto custo social e econômico das desapropriações. Também exporia o já comentado apreço que os governantes viriam a nutrir pelos espaços urbanos ajardinados e pelas áreas verdes, que acabariam povoando os setores limítrofes do núcleo urbano (Figuras 23 e 24).

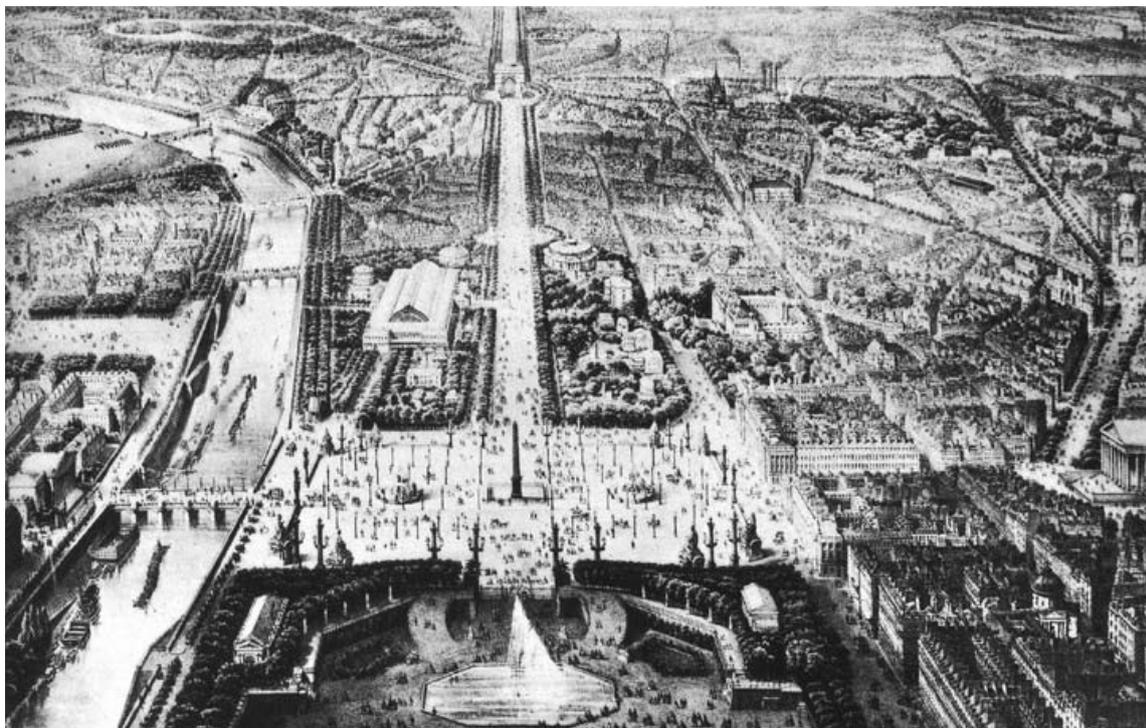


Figura 23: Gravura do século XIX mostrando a alameda perspective dos Champs Elysées, desde seu nascimento na Place de la Concorde – logo após as Tuileries (abaixo). À frente se nota o monumental Arc de Triomphe oitocentista.

Fonte: Kostof (1991, p. 269).



Figura 24: Os Champs Elysées, com o arco triunfal do século XIX ao fundo.

Fonte: Fotografia elaborada pelo autor.

Grand Boulevards

A última das ações relevantes de inclusão de organismos verdes na Paris barroca acabaria se transformando na mais vasta das intervenções viárias dos séculos XVII e XVIII: os Grands Boulevards, uma dilatada alameda com cerca de 40 metros de largura e que, em comprimento, chegaria a contar com mais de 5 quilômetros de perímetro. A abertura dos bucólicos bulevares, fruto da iniciativa do Roi-Soleil, e dos esforços de seu primeiro ministro, Jean-Baptiste Colbert, ofereceria para a cidade uma larga avenida com quatro pistas para o tráfego de carroças, todas separadas por fileiras de árvores dispostas de forma regular, que sequencialmente flanqueavam os dois lados de cada caminho. A monumental artéria verde envolveria, em um primeiro momento, toda a área edificada que se estendia para além da margem direita do rio Senna; em um segundo momento, já no século XVIII, alcançaria os contornos da área habitada no lado meridional do rio.

Na verdade, com a abertura dos grandes bulevares o governo da cidade de Paris inauguraria uma prática de planejamento e desenho urbano que algumas décadas depois seria frequentemente reproduzida nos mais diversos contextos do continente europeu: a derrubada das antigas muralhas e a criação, na área desolada que envolveria a cidade, de parques públicos ou vias arborizadas. Se a urbanística do século XVI se caracterizaria pelas graves preocupações com a defesa – com a onerosa reconstrução das cintas fortificadas que protegiam as mais importantes cidades do continente, inibindo fatalmente o crescimento de muitos dos núcleos urbanos em função da grande extensão radial necessária para o funcionamento adequado dos modernos sistemas defensivos (para

que pudessem resguardar as cidades das incursões da artilharia pesada dos inimigos –, a capital francesa – que também teria seus muros refeitos e ampliados – daria início à fase de destruição das muralhas, e a natural expansão radial de seu centro urbano.

Não que o governo da mais poderosa nação do *Grand Siècle* tenha se descuidado dos problemas de defesa. Pelo contrário: da mesma forma que Luis XIV traria Jules Hardouin-Mansart como seu arquiteto de confiança, e André Le Nôtre como seu paisagista oficial, também contaria com os serviços daquele que viria a ser o maior engenheiro militar da história: o Marechal Sébastian Le Prestre, Marquês de Vauban (1633-1707). Vauban revolucionaria a arte das fortificações de núcleos urbanos e de construção de cidadelas, fundando diversas praças fortes para a proteção das fronteiras da nação francesa, principalmente no último quartel do século XVII – com destaque à conhecida cidade de Neuf Brisach, projetada ao final dos Seiscentos e construída entre 1698 e 1707 nas proximidades de Strasbourg, na fronteira nordeste da França, próximo às atuais Suíça e Alemanha. Contudo, já na década de 1660, mesmo antes de Vauban organizar definitivamente o sistema defensivo que tornaria as bordas dos domínios do Rei Sol quase inexpugnáveis, o país já estaria muito bem defendido e a cidade de Paris não estaria correndo riscos eminentes de ser tomada, nem sequer de sofrer qualquer aproximação por parte de seus inimigos – fato também favorecido pela paz interna que reinava nas províncias. A consequência desta situação de estabilidade política para a capital francesa é sintetizada por Cesare de Seta:

Colbert possui a consciência histórica de que Paris não é mais a cidade a se defender dos assédios – o sistema defensivo, está, de agora em diante, organizado nos confins do Estado, concentrado sobre Vauban – e sim a capital de um reino de limites extensíssimos e fronteiras seguras: caracteriza, deste modo, o novo papel de Paris como sistema metropolitano aberto, e não mais fechado sobre seus muros. [...] A cidade de Colbert é a capital do reino; por isso seus muros devem ser substituídos pela circunvalação dos grandes *boulevards*, coligados com um sistema radial que se irradia no campo. (DE SETA, 1978, p. 65-66, tradução nossa)

Portanto, Colbert proporcionaria a Paris o sentido de abertura que passaria a caracterizar as cidades barrocas e iluministas europeias, núcleos urbanos que aos poucos também viriam a se libertar das muralhas e, na ausência dos limites impostos pelos sistemas defensivos, se expandiriam enormemente para além dos burgos medievais que formavam o centro urbano. Este caráter acessível e dinâmico estaria em total congruência com o espírito barroco, mais especificamente com a influente cultura absolutista: da capital aberta e expansiva, disposta geográfica ou simbolicamente no centro da nação, um sistema irradiante de caminhos deveria alcançar os confins do império, contribuindo para o controle absoluto que o monarca deveria guardar frente aos seus súditos, frente às províncias, e mesmo às mais remotas aldeias.

Certamente, uma grande sensação de alívio deve ter sido gradualmente assimilada pela população na medida em que as pesadas, onerosas, agressivas e desagradáveis fortifi-

cações vinham sendo substituídas pelos idílicos passeios dos bulevares, artérias verdes que tomariam o lugar dos muros, baluartes e fossos, nos antigos confins da cidade. Em consonância com esta situação histórica, o próprio termo *boulevard*, assintomaticamente adotado após as intervenções em Paris para denominar qualquer avenida flanqueada por fileira de árvores, seria inequivocamente derivado do processo que marcou a abertura dos Grands Boulevards parisienses (Figuras 25 a 27): etimologicamente teria sua origem na corruptela da palavra nórdica equivalente a “baluarte”, “*bulvirke*”. (MORRIS, 1979, p. 165)

Conclusão

A análise das intervenções urbanísticas mais significativas que Paris sofreria nos Seiscentos e nos Setecentos abre caminho para uma discussão essencial: se a inclusão do verde na cidade – na composição de jardins públicos e privados, passeios, alamedas, bulevares – em conexão com a abertura das praças reais, durante o *Ancien Régime*, teria conseguido alterar significativamente a densa paisagem medieval preexistente; se o caráter visibilístico e cenográfico do núcleo urbano teria assumido genericamente uma condição barroca, desvelando uma transformação sistemática da paisagem da grande cidade em nome da exaltação retórica e persuasiva da monarquia governante.



Figura 25: Plano de Paris de Mathieu Mérian (1593-1650), elaborado em 1615. Notar a persistência das cintas fortificadas aos dois lados do rio.

Fonte: Lavedan (1975, p. 147).

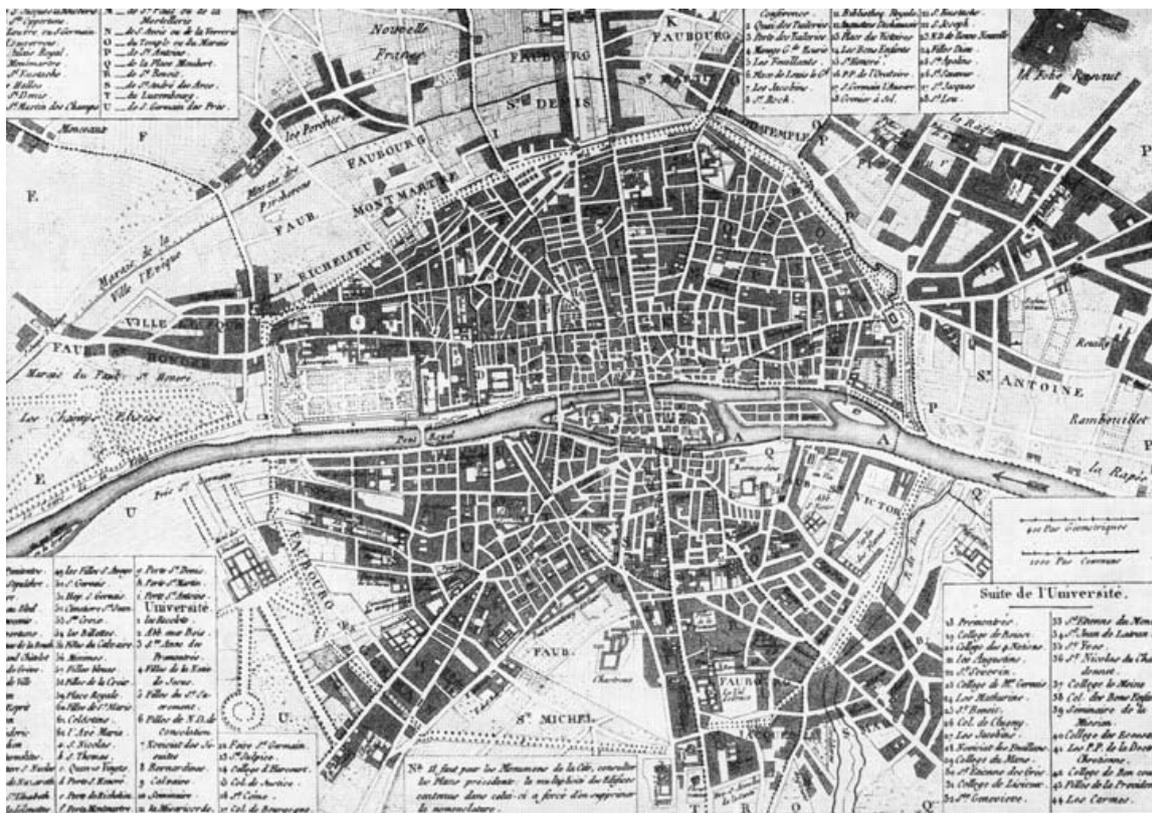


Figura 26: Plano de Paris de 1702, gravado por Bins de Saint-Victor. Notar a presença dos Bulevares cercando a cidade na sua face norte.
 Fonte: Lavedan (1975, p. 147).

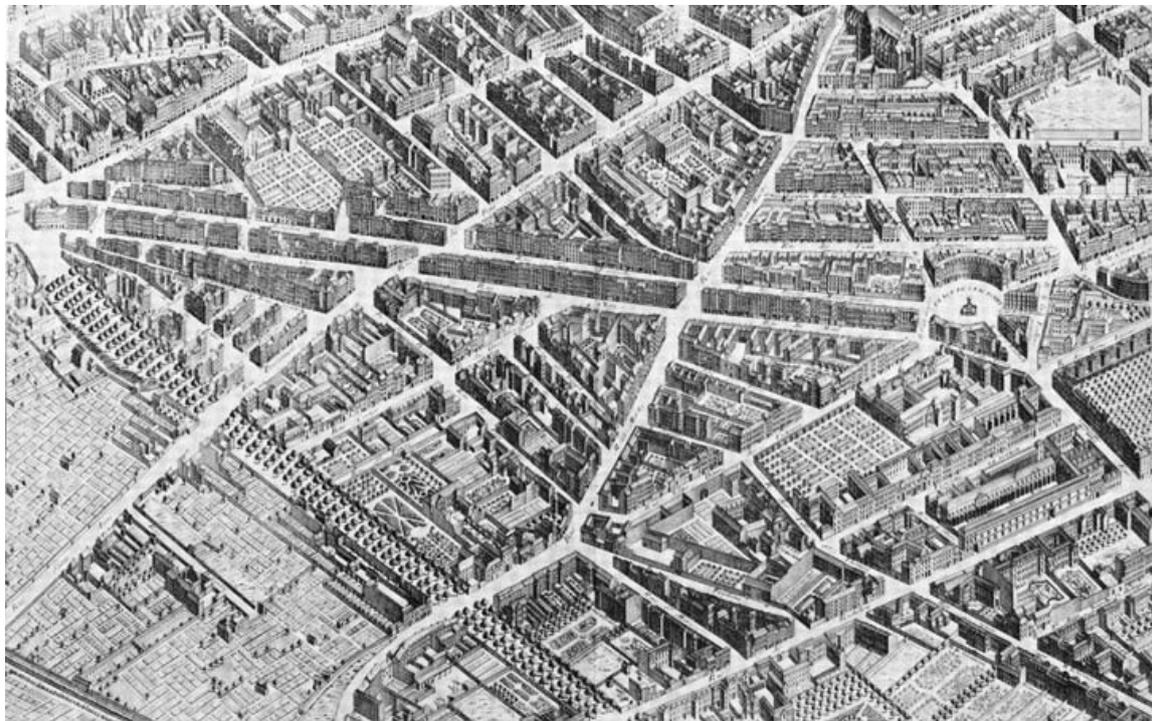


Figura 27: Les Grands Boulevards, próximo a Place des Victoires, em um detalhe do Plan de Turgot.
 Fonte: Lavedan (1975, p. 190).

Já foi debatida a incapacidade das praças construídas em homenagem aos Reis Henrique IV, Luis XIII, Luis XIV e Luis XV, os monarcas que reinariam efetivamente nos séculos XVII e XVIII,⁸ em modificar de forma relevante a paisagem urbana da Paris medieval. Em relação às intervenções verdes que a capital francesa viria a sofrer, a situação não seria diferente: por mais extensas e expressivas que tenham sido, por mais influência que tenham exercido para o posterior crescimento da cidade e para a atribuição de um caráter aberto e dinâmico a uma parte do organismo preexistente, elas ficariam quase que invariavelmente restritas a algumas áreas limítrofes da cidade, ou mesmo fundadas para além do ambiente construído. Era como se um novo sistema, que aliasse a proximidade entre a cidade e o campo, fosse edificado, independente do núcleo urbano. Uma cidade para os ricos – confirmando o que diria Mumford (1989, p. 370-371); um organismo que, apesar de estar conectado indissociavelmente ao ambiente preexistente, se desenvolvia alheio a ele.

Logo, o conjunto dos espaços verdes destinados à contemplação, lazer, passeio ou tráfego não teria conseguido gerar efetivamente uma Paris barroca: apesar da inclusão estratégica e cenográfica de inúmeros e refinados monumentos de inspiração militar, como arcos do triunfo, portais, pórticos, equipamentos ornamentais levantados em pontos especiais das avenidas, passeios e bulevares, nas localidades que coincidiriam com os antigos acessos à cidade, com as ancestrais portas que permitiriam, antes da derrubada das muralhas, o ingresso ao núcleo urbano (Figuras 28 a 31).

É certo que a cidade receberia e celebraria pontualmente uma série de episódios dramáticos ligados à *Grand Manner* (KOSTOF, 1991, p. 240); mas seriam eventos incapazes de contaminar, com sua carga teatral, todo o imenso núcleo urbano preexistente. Da mesma forma, seria possível testemunhar a alteração substancial da dinâmica de crescimento da capital ao serem rompidos os limites que até então o cinturão fortificado impunha – mas esta moderna cidade aberta e expansiva não afetaria, de forma significativa, o apertado núcleo urbano original; não tocaria expressivamente o antigo burgo remanescente dos tempos medievais.



Figura 28: A Porte de Saint-Denis, ornando uma das antigas entradas nos limites da cidade – contornos agora preenchidos por boulevares. Gravura de Perelle.
Fonte: Lavedan (1975, p. 191).



Figura 29: Limites da cidade. A Porte Saint-Bernard, em uma gravura de Perelle
Fonte: Lavedan (1975, p. 191).

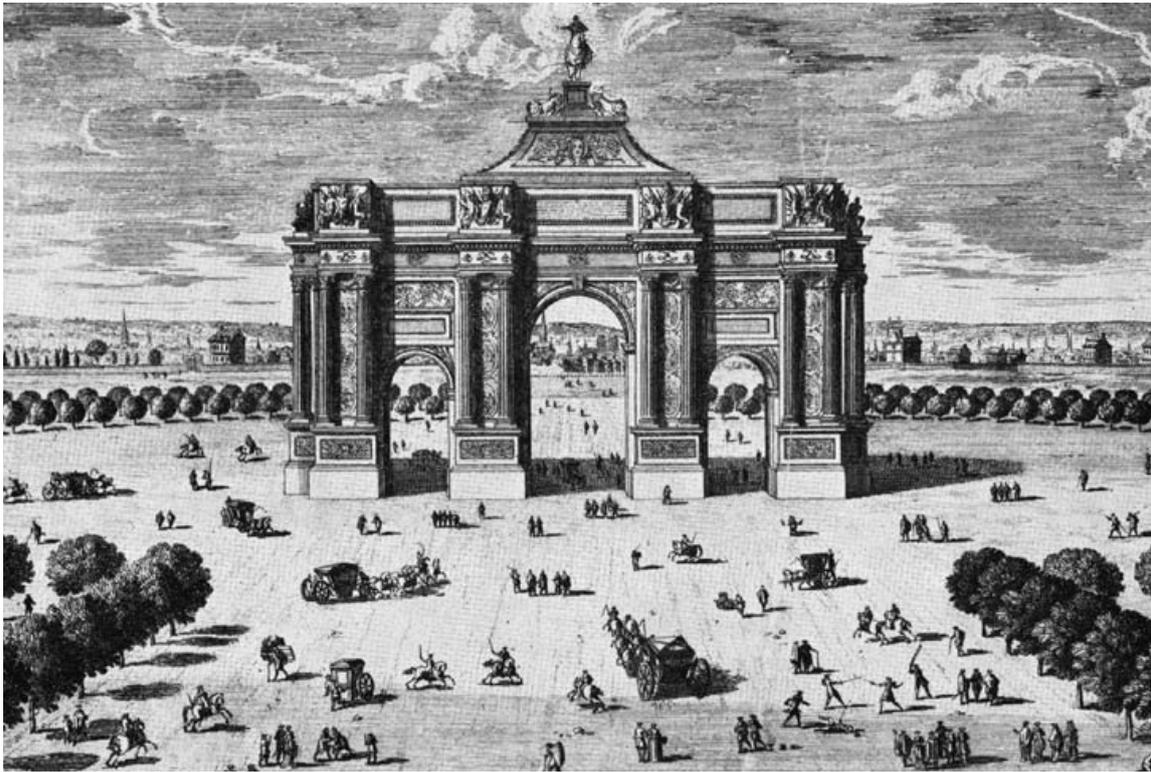


Figura 30: O Arc de Triomphe da Place du Trône. Gravura de Perelle. Monumentos preenchem os parques da cidade.
Fonte: Lavedan (1975, p. 195).



Figura 31: A Porte Saint-Antoine, em uma gravura de Perelle.
Fonte: Lavedan (1975, p. 190).

Rodrigo Espinha Baeta é Arquiteto pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA UFMG); Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU UFBA); Especialista pelo Curso de Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (IX CECRE UFBA) e pelo Curso Ciudades y Viviendas de Iberoamérica, oferecido pelo Centro Nacional de Conservación, Restauración y Museología (CEN-CREM), La Habana. Atualmente é Professor adjunto da FA UFBA, Professor Colaborador do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (MP CECRE UFBA) e Pesquisador Associado do PPGAU UFBA.

Notas

- ¹ Esta relevante sensação de clausura está perdida atualmente devido à substituição das pequenas travessas que irrompiam na praça por duas grandes avenidas, eixos perspectivados que se perdem para muito além do espaço interno da praça.
- ² Infelizmente, desde 1810, o centro da praça está ocupado pela Colonne d'Austerlitz, de 44 metros de altura. Substituindo a estátua de Luis XIV destruída na revolução, a coluna altera radicalmente as relações de proporção que se guardavam entre os edifícios que ocupavam a praça e seu monumento central. (MORRIS, 1979, p. 162)
- ³ Bisneto de Louis XIV, Louis XV governaria de 1715 a 1774.
- ⁴ Os fossos foram cobertos em 1854. A atual Pont de la Concorde, que complementa o eixo norte-sul, foi terminada em 1790. (MORRIS, 1979, p. 166-168)
- ⁵ O primeiro projeto para a igreja foi desenvolvido pelo arquiteto Pierre Constant d'Ivry (1698-1777), mas sua atual feição neoclássica oitocentista se deve a Pierre-Alexandre Barthélemy Vignon (1763-1828).
- ⁶ Em 1836, foi colocado o obelisco egípcio retirado do templo de Luxor no centro da praça, no lugar da antiga estátua de Louis XV. (MORRIS, 1979, p. 168)
- ⁷ O palácio, que foi ampliado e reformado várias vezes, seria incendiado em 1871, e finalmente suas ruínas seriam derrubadas em 1882. (MORRIS, 1979, p. 163) Estava assentado entre os atuais Jardins do Carrousel e das Tuileries, pouco à frente do oitocentista Arc de Triomphe du Carrousel – que originalmente ficava oculto entre a esplanada do Louvre e o Palais des Tuileries.
- ⁸ Apenas o último dos reis franceses do antigo regime, Luis XVI (1754-1793), que seria ironicamente guilhotinado na Place de la Concorde, não edificaria uma imponente praça real.

Referências

- BENEVOLO, Leonardo. *Storia dell'architettura del Rinascimento*. Roma-Bari: Editori Laterza, 2008.
- CHOAY, Françoise. *Espacements*. Figure di spazi urbani nel tempo. Milano: Skira, 2003.
- DE SETA, Cesare. Sulla presunta "città barocca". In: BLUNT, Anthony.; DE SETA, Cesare. *Architettura e città barocca*. Napoli: Guida Editori, 1978.
- GUIDONI, Enrico.; MARINO, Angela. *Storia dell'urbanistica*. Il Seicento. Roma-Bari: Editori Laterza, 1979.
- KOSTOF, Spiro. *The city shaped*. London: Thames & Hudson, 1991.
- LAVEDAN, Pierre. *Histoire de l'urbanisme*. Renaissance et temps modernes. Paris: Henri Laurens Éditeur, 1941
- LAVEDAN, Pierre. *Nouvelle histoire de Paris*. Histoire de l'urbanisme à Paris. Paris: Association pour la publication d'une Histoire de Paris, 1975.
- MÍNGUEZ, Víctor; RODRÍGUEZ, Inmaculada. *Las ciudades del absolutismo*. Castelló de la Plana: Publicaciones de la Universitat Jaume I, 2006.
- MORRIS, Anthony Edwin James. *History of urban form*. New York: A Halsted Press Book, 1979.
- MUMFORD, Lewis. *The city in history*. San Diego; New York; London: A Harvest Book; Harcourt Inc, 1989.
- NORBERG-SHULZ, Christian. *Architettura barocca*. Milano: Electa, 1979.